

Governo fixa as metas do ajuste econômico

por Jurema Boesse
de Brasília

O governo brasileiro encaminhou, na última sexta-feira, ao gerente-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, o memorando técnico de entendimentos que traz a definição e projeção de metas de ajuste da economia brasileira para este ano. Esse memorando será a única comunicação formal do Brasil com o FMI e foi acompanhado de uma carta à Camdessus assinada pelos ministros da área econômica e pelo presidente do Banco Central (BC), no qual o País solicita formalmente "a utilização de recursos financeiros do FMI equivalentes a 1,096 bilhão de DES, ou cerca de US\$ 1,436 bilhão, na forma de um arranjo 'stand-by' de dezoito meses".

Também acompanha o memorando e a carta enviada ao gerente-geral do FMI uma "nota sobre o programa brasileiro" divulgada pelo presidente José Sarney aos governadores reunidos no Palácio da Alvorada, no dia 16 de maio, e também o documento "Modernização e ajustamento 1988/89" divulgado pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN) reunido no último dia 29 de junho. O memorando foi anunciado pelo secretário-geral-adjunto do Ministério da Fazenda, Michal Gartenkraut.

Na carta de dois parágrafos enviada a Camdessus, o governo brasileiro deixa bem claro que, apesar de estar confiante de que "as políticas e medidas descritas no programa e na nota explicativa são suficientes à consecução dos objetivos propostos, medidas adicionais poderão ser adotadas na medida em que se fizerem necessárias". Segundo Gartenkraut, novas medidas de ajuste poderão ser adotadas caso as que foram tomadas até o momento não tenham sido suficientes.

Também está colocado na carta que o governo brasileiro fará uma consulta ao "staff" do FMI antes de 15 de fevereiro de 1989 para que sejam estabelecidas as metas para o próximo ano. Também serão feitas consultas sobre o desenrolar do programa e sobre possíveis medidas adicionais.

"CLAUSULA DE CONTINGÊNCIA"
O memorando técnico de entendimentos estabelece

metas para cinco itens e inova as relações do Brasil com o FMI na medida em que estabelece uma "cláusula de contingência" ou garantia. Por essa cláusula, explicou Gartenkraut, que consta do segundo parágrafo do primeiro item do memorando, o governo brasileiro se previne contra a possibilidade de os bancos privados não cumprirem os desembolsos previstos para este ano, o que impediria o País de cumprir as suas metas relacionadas às reservas internacionais líquidas. Ou seja, se o País não receber o que está previsto dos bancos privados (US\$ 4,6 bilhões) e se não reescalonar o que está programando junto ao Clube de Paris, ele não poderá cumprir as suas metas de ajuste externo.

Junto ao Clube de Paris, segundo o memorando, o governo federal espera reescalonar até setembro próximo US\$ 2 bilhões e até dezembro US\$ 2,426 bilhões. Essas negociações junto às entidades oficiais de crédito estão começando a partir do entendimento do FMI.

As metas que constam do memorando são as seguintes:

- Reservas internacionais líquidas — ajustadas do BC — Até 31 de março último elas estavam negativas em US\$ 3,7 bilhões e a meta até 30 de setembro é que elas passem a ser positivas em US\$ 850 milhões, e até 31 de dezembro positivas em US\$ 2,4 bilhões.

- Crédito interno líquido do Banco Central — Até 30 de setembro não deverá exceder CZ\$ 313 bilhões, e não deverá superar, até 31 de dezembro, o valor negativo de CZ\$ 105 bilhões.

- Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) — Essas necessidades não poderão exceder a CZ\$ 15 trilhões em 30 de setembro próximo e a CZ\$ 30 trilhões em dezembro. Segundo Gartenkraut, esses valores em cruzados não são relevantes na medida em que são distorcidos pela inflação.

- Déficit operacional do setor público — O déficit operacional do setor público não financeiro não excederá CZ\$ 1,6 trilhão em 30 de setembro e CZ\$ 3,2 trilhões em 31 de dezembro. Esse último valor corresponde a 4% do PIB, explicou o secretário-geral e é ele que deve ser considerado. Por essa relação, indicou, observa-se que o PIB foi reestimado de CZ\$ 79 trilhões para CZ\$ 82 trilhões. Essa revisão, expli-

cou o secretário, ocorreu em razão da reavaliação pelo IBGE do PIB de 1987. Como a base de 1987 ficou maior do que se previa, o novo PIB foi revisado.

- Desembolsos líquidos da dívida externa — A dívida externa não pode crescer mais de US\$ 4,7 bilhões até 30 de setembro, nem mais de US\$ 5,7 bilhões até dezembro.

Segundo o secretário-geral, pela avaliação feita pelo governo os programas anteriores acertados com o FMI não foram cumpridos, basicamente, "porque fo-

ram feitas projeções irreais de inflação, o que comprometeu todo o ajuste". E foi deixado evidenciado para o FMI que "não está muito claro" que o País tenha afastado o risco da hiperinflação, afirmou Gartenkraut. Porém, salientou, "mais do que ao FMI, a inflação preocupa o próprio País".

O governo preferiu não dimensionar, para efeito das metas de ajuste, o crescimento do PIB ou o seu decréscimo. Segundo Gartenkraut, o PIB deve ser positivo. "Não, isso não é

tão importante para a quantificação das metas, dado o nível de inflação em cruzados. E mais importante o que vai acontecer com a inflação do que o que vai acontecer com o PIB", sublinhou.

A expectativa de Gartenkraut é que até o final deste mês o "board" do FMI aprove o programa brasileiro, e aprove com unanimidade. Segundo ele, depois que a missão técnica aceitou as proposições brasileiras, e o próprio Camdessus as apoiou, dificilmente a diretoria rejei-

tará a proposta brasileira. O prazo que os membros do diretório levam para consultar os seus governadores é, normalmente, de quatro a seis semanas, porém, estão sendo feitas gestões no sentido de apressar esses contatos, de modo que a reunião decisiva ocorra na última semana de julho, preveniu o secretário-geral.

O ministério da Fazenda também divulgou, ontem, a nova revisão do balanço de pagamentos para este ano e os quadros relativos ao déficit público nominal e

operacional. Essas tabelas não foram enviadas ao FMI, informou o secretário, mas as suas previsões constam do memorando. Com relação ao balanço, estima-se que ele seja superavitário em US\$ 5,4 bilhões, caso todas as programações de reescalonamento da dívida ocorram dentro do previsto. Também está explicitado que o País irá zerar até dezembro todos os seus atrasados, tanto junto aos bancos comerciais (US\$ 3,4 bilhões) quanto aos credores oficiais (US\$ 1,4 bilhão).

Pelo conceito de "reservas líquidas ajustadas", o País tem US\$ 6,2 bilhões de haveres e US\$ 9,9 bilhões de obrigações, entre estas os "atrasados". Logo, por esse conceito, as reservas estão, na posição de 31 de março último, US\$ 3,7 bilhões negativas. Pelo conceito do balanço de pagamento, as reservas deverão manter-se estáveis durante este ano no nível de US\$ 4 bilhões, como em dezembro do ano passado. Portanto, a previsão é de variação zero nas reservas.